

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2011 ficará marcado na história da Transpetro, não apenas pelos excelentes resultados financeiros obtidos. Em 2011, a Companhia recebeu o primeiro navio do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef). É o início do processo de rejuvenescimento de nossa frota, que já se encontrava na curva da morte. Em 2011, iniciamos também a atuação em novos nichos de negócio, que contribuirão para garantir a sustentabilidade da Transpetro no futuro.

Com 183 metros de comprimento e 48 mil toneladas de porte bruto, o navio de produtos Celso Furtado representa o começo de uma nova era para a Transpetro. Desde 1997, o Sistema Petrobras não recebia um navio construído por um estaleiro brasileiro. Trata-se de uma embarcação com as mais modernas tecnologias disponíveis, que vai contribuir para reduzir a idade média da frota própria da Companhia. Caso o Promef não fosse implementado, nossa frota seria extinta por volta de 2020.

A entrega do navio Celso Furtado é um marco histórico não só para a Transpetro, mas para o Brasil. Com 7,5 mil quilômetros de litoral e 95% de seu comércio exterior dependentes de navios, o País não pode prescindir de uma Marinha Mercante própria. Com a descoberta do pré-sal, precisamos de mais estaleiros modernos para transformar em riqueza e justiça social as oportunidades que serão geradas pela exploração dessa magnífica província petrolífera.

Com o Promef, o Brasil já tem a quarta maior carteira mundial de encomendas de petroleiros e caminha para ter um parque naval instalado com tecnologia de última geração, capaz de atender demandas para a exploração do pré-sal. Dois novos estaleiros iniciaram suas obras em 2011: o STX-Promar, em Pernambuco, e o Estaleiro Rio Tietê, em São Paulo. Outros quatro estaleiros estão engajados com obras do programa, que prevê a encomenda de 49 petroleiros no Brasil.

Em 2012, o processo de rejuvenescimento da frota vai se acelerar, com novas entregas de navios e do primeiro comboio hidroviário para o transporte de etanol pela Hidrovia Tietê-Paraná, um dos novos nichos de mercado que vão incrementar o portfólio de negócios da companhia.

O uso do modal hidroviário para o transporte de etanol é um marco na logística brasileira, conferindo maior competitividade para a produção das novas fronteiras agrícolas do País. São significativos os ganhos ambientais, econômicos e de segurança. O transporte hidroviário emite um quarto do CO2 e consome vinte vezes menos combustível do que o utilizado pelo rodoviário para uma mesma carga e distância. Quando estiverem em operação plena, os 20 comboios hidroviários substituirão 80 mil viagens de caminhão por ano.

Foi com esse espírito inovador que buscamos novos nichos de atuação também nas outras áreas de negócio da Companhia. Em 2011, demos importantes passos no sentido de contribuir com a exploração do pré-sal, ao concluirmos o desenvolvimento da Unidade Offshore de Transferência e Exportação (UOTE), e iniciarmos a atividade de logística *offshore*, apoiando as operações de exploração e produção de petróleo.

A UOTE funcionará como um terminal flutuante, melhorando as operações de transferência e exportação do petróleo do pré-sal. Já a nova base logística de Pecém, inaugurada em 2011, vai permitir o fornecimento, de maneira competitiva, dos insumos necessários à exploração de jazidas no Nordeste brasileiro. Outras bases estão previstas para os próximos anos.

Nesse esforço de busca por novas formas de atender o Sistema Petrobras, a Transpetro inaugurou em 2011 seu primeiro ativo terrestre na área de terminais e oleodutos, o Sistema de Paraxileno, que vai garantir o fornecimento de matéria prima para a Petroquímica Suape, em Pernambuco.

Na área de gás natural, a Companhia passou a operar, em 2011, 196 quilômetros de novos gasodutos, dentre eles o primeiro a transportar gás do pré-sal, e 10 novas estações de compressão. Com 48 terminais e uma rede de mais de 14 mil quilômetros de dutos, nos capacitamos, cada vez mais, para atender, com eficiência e segurança, as necessidades do Sistema Petrobras. Somos as artérias que garantem o suprimento de energia em todas as partes do Brasil.

Todas essas conquistas só foram possíveis graças à atuação de uma força de trabalho qualificada e motivada, que não hesita em buscar soluções inovadoras para os desafios que se apresentam. A gestão de pessoas é peça fundamental no desenvolvimento da companhia nos últimos anos. Com programas de reciclagem e treinamento, estamos sempre em busca da excelência, requisito fundamental para os dias de hoje, que consagraram a competência como linguagem universal dos negócios.

Nesse sentido, foi implementada, em 2011, a Academia Marítima Transpetro, que vai manter programas permanentes de especialização e atualização para os marítimos da companhia. Com a necessidade gerada pela expansão da frota, a Academia terá também importante papel de contribuir com a Marinha do Brasil na formação de novos oficiais para tripular os navios que serão entregues pelo Promef.

A capacidade dos profissionais da Transpetro pode ser comprovada pelos excelentes números de 2011. A receita operacional líquida teve alta de 15,7% com relação ao ano anterior, atingindo R\$ 5,204 bilhões. O lucro líquido cresceu 14,8%, para R\$ 629,5 milhões. A companhia investiu R\$ 943,5 milhões durante o ano, principalmente em encomendas do Promef.

Com as conquistas obtidas em 2011, a Transpetro mostra estar apta a continuar contribuindo para o desenvolvimento do Sistema Petrobras, em particular, e do País, em geral. O Brasil passa por um momento único em sua história, com estabilidade política e econômica e crescimento com justiça social. Com a descoberta do pré-sal, tem uma oportunidade ímpar de avançar, ainda mais, como uma das maiores economias do mundo. A Transpetro está preparada para participar deste futuro.

Sergio Machado
Presidente da Transpetro

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	413.522	398.234	552.574	524.322
Títulos e valores mobiliários	6	8.194	4.526	8.194	4.526
Contas a receber:					
Clientes	7	9.099	8.690	9.099	8.690
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.124)	(2.943)	(3.124)	(2.943)
Controladora, controlada e ligadas	7 e 8	727.256	577.048	716.769	571.387
Adiantamento a fornecedores		9.496	3.612	15.100	3.613
Sinistros avisados		18.372	7.291	20.472	16.750
Estoques		9.899	5.333	9.899	5.333
Impostos a recuperar	9	71.864	92.889	71.864	92.889
Despesas antecipadas		6.067	7.369	26.791	20.428
Demais ativos circulantes		71.385	48.650	71.405	48.650
		<u>1.342.030</u>	<u>1.150.699</u>	<u>1.499.043</u>	<u>1.293.645</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	38.684	36.977	38.684	36.977
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	45.397	40.525	45.397	40.525
Outros ativos realizáveis a longo prazo		-	3.471	-	3.471
Adiantamento para investimento		77.909	143.857	77.909	143.857
Investimentos	11	137.303	95.559	-	-
Imobilizado	12 e 22	3.438.301	2.726.562	3.439.870	2.702.410
Intangível		20.188	24.116	20.188	24.116
		<u>3.757.782</u>	<u>3.071.067</u>	<u>3.622.048</u>	<u>2.951.356</u>
		<u>5.099.812</u>	<u>4.221.766</u>	<u>5.121.091</u>	<u>4.245.001</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita operacional bruta					
Prestação de serviços		5.758.357	4.992.560	6.037.837	5.233.914
Encargos sobre serviços		(833.707)	(737.488)	(833.707)	(737.488)
Receita operacional líquida		<u>4.924.650</u>	<u>4.255.072</u>	<u>5.204.130</u>	<u>4.496.426</u>
Custo dos serviços prestados		(3.231.651)	(2.876.809)	(3.492.957)	(3.084.274)
Lucro bruto		<u>1.692.999</u>	<u>1.378.263</u>	<u>1.711.173</u>	<u>1.412.152</u>
Despesas (receitas) operacionais					
Vendas		(26.277)	(24.141)	(26.277)	(24.141)
Gerais e administrativas:					
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração		(6.795)	(7.237)	(6.795)	(7.237)
De administração		(601.903)	(504.890)	(601.957)	(504.889)
Tributárias		(27.390)	(25.546)	(27.390)	(25.546)
Outras despesas operacionais	20	(37.851)	41.563	(38.607)	45.961
		<u>(700.216)</u>	<u>(520.251)</u>	<u>(701.026)</u>	<u>(515.852)</u>
Participação em controlada		17.859	38.651	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		<u>1.010.642</u>	<u>896.663</u>	<u>1.010.147</u>	<u>896.300</u>
Receitas financeiras		64.179	50.576	64.990	50.954
Despesas financeiras		(8.088)	(7.283)	(8.104)	(7.298)
Variações monetárias cambiais, líquidas		(31.034)	(28.595)	(31.334)	(28.595)
		<u>25.057</u>	<u>14.698</u>	<u>25.552</u>	<u>15.061</u>
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		<u>1.035.699</u>	<u>911.361</u>	<u>1.035.699</u>	<u>911.361</u>
Imposto de renda	10	(231.628)	(192.906)	(231.628)	(192.906)
Contribuição social	10	(84.850)	(72.169)	(84.850)	(72.169)
Lucro antes das participações dos empregados		<u>719.221</u>	<u>646.286</u>	<u>719.221</u>	<u>646.286</u>
Participações dos empregados	19	(89.730)	(98.000)	(89.730)	(98.000)
Lucro líquido do exercício		<u>629.491</u>	<u>548.286</u>	<u>629.491</u>	<u>548.286</u>
Lucro por ação	17	<u>0,28</u>	<u>0,31</u>		
Quantidade de ações ao final do exercício	16	<u>2.464.466,128</u>	<u>2.072.466,128</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas	6.700.908	6.217.923	7.006.981	6.460.381
Vendas de serviços	5.758.357	4.992.560	6.037.837	5.233.914
Outras receitas operacionais	39.642	157.998	39.642	157.998
Receitas relacionadas a construção de ativos para uso (-) Provisão devedores duvidosos	903.090	1.065.859	929.683	1.066.963
	(181)	1.506	(181)	1.506
Insumos adquiridos de terceiros	(2.872.866)	(2.860.746)	(2.999.331)	(2.937.045)
Custos dos serviços prestados	(1.496.688)	(1.291.726)	(1.582.182)	(1.358.631)
Materiais consumidos	(303.016)	(228.682)	(322.758)	(241.758)
Energia, serviços de terceiros e outros	(892.231)	(1.221.104)	(913.460)	(1.217.422)
Créditos fiscais sob materiais consumidos	(6.453)	(14.010)	(6.453)	(14.010)
Créditos fiscais sob energ. serv. terc. outros	(174.478)	(105.224)	(174.478)	(105.224)
Valor adicionado bruto	<u>3.828.042</u>	<u>3.357.177</u>	<u>4.007.650</u>	<u>3.523.336</u>
Retenções				
Depreciação e amortização	(195.214)	(175.030)	(209.053)	(183.579)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>3.632.828</u>	<u>3.182.147</u>	<u>3.798.597</u>	<u>3.339.757</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	17.859	38.651	-	-
Receitas financeiras - receita financeira e receita de variações monetárias e cambiais	83.705	60.558	79.593	60.921
	101.564	99.209	79.593	60.921
Valor adicionado total a distribuir	<u>3.734.392</u>	<u>3.281.356</u>	<u>3.878.190</u>	<u>3.400.678</u>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Atividade Operacional				
Lucro líquido do exercício	629.491	548.286	629.491	548.286
Ajustes:				
Participação em empresa controlada	(17.859)	(38.651)	-	-
Depreciação e amortização	195.214	175.030	209.053	183.579
Valor residual de bens baixados do permanente	7.197	19.930	7.197	19.930
Variações financeiras sobre empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	5.834	(5.049)	5.834	(5.049)
Varição cambial sobre operações com empresas do sistema	(679)	-	(679)	-
IR e contribuição social diferido líquido levados ao resultado	21.995	21.128	21.995	21.128
Provisão para devedores duvidosos (constituição/reversão)	181	1.506	181	1.506
Provisão para contingências	17	-	17	-
Provisão para Participação nos Lucros (PLR)	89.730	-	89.730	-
Outros ajustes	-	-	2.052	-
Variações nos ativos e passivos:				
Redução (aumento) de contas a receber de curto e longo prazo	(409)	2.191	(409)	2.191
Aumento de estoques	(4.565)	(489)	(4.565)	(489)
Aumento de adiantamento a fornecedores - curto prazo	(5.884)	-	(11.487)	-
Aumento de Outros ativos circulante	(19.424)	(43.065)	(12.065)	(48.155)
Redução de Outros ativos não circulante	7	-	7	-
Aumento de depósitos judiciais	(10.941)	-	(10.941)	-
Redução (aumento) de despesas antecipadas	1.303	-	(6.363)	-
Aumento de fornecedores	36.829	49.253	40.263	49.877
Aumento de impostos, taxas e contribuições de curto e longo prazo	24.725	38.558	24.725	38.558
Aumento de salários, férias e encargos	23.033	-	23.033	-
Aumento de PLR	(98.000)	-	(98.000)	-
Aumento de receita diferida	3.143	-	3.143	-
Aumento de outros passivos circulante	35.654	27.101	35.654	24.394
Redução de outros passivos não circulante	-	(5.211)	-	(5.211)
Redução (aumento) de operações de curto e longo prazo com empresas do Sistema - Contas a receber	(150.209)	279.244	(145.381)	279.146
Redução de operações de curto e longo prazo com Empresas do Sistema - Contas a pagar	(53.270)	(51.317)	(58.660)	(44.643)
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	<u>713.113</u>	<u>1.018.445</u>	<u>743.825</u>	<u>1.065.048</u>
Atividade de financiamento				
Empréstimos e Financiamentos com terceiros	203.660	230.228	203.660	230.228
Pagamento/recebimento de Obrigações com contratos com transferência de benefícios riscos e controles de bens	(27.462)	-	(27.462)	-
Dividendos pagos	(70.822)	(19.893)	(70.822)	(19.893)
Recursos líquidos utilizados na atividade de financiamento	<u>105.376</u>	<u>210.335</u>	<u>105.375</u>	<u>210.335</u>
Atividade de investimento				
Aquisição de bens imobilizado	(797.818)	(1.082.944)	(831.439)	(1.091.399)
Títulos e valores mobiliários	(5.383)	128.285	(5.384)	128.285
Recursos líquidos utilizados na atividade de investimento	<u>(803.201)</u>	<u>(954.659)</u>	<u>(836.823)</u>	<u>(963.114)</u>
Utilização de caixa e equivalentes no exercício	15.288	274.121	12.377	312.269
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	398.234	124.113	524.322	218.452
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	15.875	(6.399)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>413.522</u>	<u>398.234</u>	<u>552.574</u>	<u>524.322</u>
Variação de caixa e equivalentes de caixa	<u>15.288</u>	<u>274.121</u>	<u>12.377</u>	<u>312.269</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Distribuição do valor adicionado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Pessoal				
Pessoal e encargos	653.072	548.226	653.072	548.226
Participações de empregados	89.730	98.000	89.730	98.000
Honorários da diretoria e conselho de administração	6.795	7.237	6.795	7.237
Mão de obra adicional	482.365	424.550	482.365	424.550
Vantagens (alimentação, transportes e outros)	145.674	123.326	146.006	123.556
FGTS	36.882	31.515	36.882	31.515

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Reserva de capital			Reservas de lucros				Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Legal	Lucros a realizar	Incentivos fiscais	Dividendo adicional proposto	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2008	1.470.205	5.792	142.819	1.240	-	-	336.837	-	3.762	1.960.655
Resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	399.806	-	399.806
Ajuste acumulado de conversão (Lei 11.638/07)	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.240)	(27.240)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	399.806	(27.240)	372.566
Destinações:										
Reserva legal	-	-	19.990	-	-	-	-	(19.990)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	1.784	-	-	(1.784)	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	35.128	(35.128)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(94.508)	-	(94.508)
Dividendos adicional proposto	-	-	-	-	-	-	248.396	(248.396)	-	-
Dividendos complementares (AGO 20/03/2009)	-	-	-	-	-	-	-	(90.162)	-	(90.162)
Aumento de capital (AGO 20/03/2009)	246.675	-	-	-	-	-	(246.675)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.716.880	5.792	162.809	1.240	1.784	248.396	35.128	-	(23.478)	2.148.551
Resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	548.286	-	548.286
Ajuste acumulado de conversão (Lei 11.638/07)	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.777)	(10.777)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	548.286	(10.777)	537.509
Destinação do lucro										
Reserva legal	-	-	27.414	-	-	-	-	(27.414)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	9.987	-	-	(9.987)	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	118.885	(118.885)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(264.279)	-	-
Dividendos adicional proposto (Nota 16)	-	-	-	-	-	-	264.279	(264.279)	-	-
Dividendos complementares conf.AGO 19/03/10	-	-	-	-	-	-	(248.396)	(127.721)	-	(376.117)
Aumento de capital em 17 de dezembro de 2010 (Nota 16)	355.586	-	-	-	-	-	(6.424)	-	-	(6.424)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.072.466	5.792	190.223	1.240	11.771	264.279	147.589	-	(34.255)	2.659.105
Resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	629.491	-	629.491
Ajuste acumulado de conversão (Lei 11.638/07)	-	-	-	-	-	-	-	-	17.927	17.927
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	629.491	17.927	647.418
Dividendos adicional proposto	-	-	-	-	-	-	(218.153)	(46.126)	-	(264.279)
Destinação do lucro										
Reserva legal	-	-	31.475	-	-	-	-	(31.475)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	9.681	-	-	(9.681)	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	229.415	(229.415)	-	-
Dividendos adicional proposto	-	-	-	-	-	-	211.836	(211.836)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(147.084)	-	(147.084)
Dividendos complementares pagos (Nota 16)	-	-	-	-	-	-	(46.127)	-	-	(46.127)
Aumento de capital Conf.AGE de 29/07/2011	392.000	-	-	-	-	-	-	-	-	392.000
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.464.466	5.792	221.698	1.240	21.452	211.835	330.878	-	(16.328)	3.241.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Petrobras Transporte S.A. - Transpetro foi constituída em 12 de junho de 1998, como controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, e tem por objeto social as operações de transporte e armazenagem de granéis, petróleo e seus derivados e de gás em geral, por meio de dutos, terminais ou embarcações, próprias ou de terceiros, e quaisquer outros modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal; o transporte de sinais, de dados, voz e imagem associados às suas atividades fins; a construção e operação de novos dutos, terminais e embarcações, mediante associação com outras empresas, majoritariamente ou minoritariamente; a participação em outras sociedades controladas ou coligadas, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas. Atualmente, 99% das operações comerciais da Companhia são realizadas com as Empresas do Sistema Petrobras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs); e
- As demonstrações financeiras da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que foram mensurados pelo valor justo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes no próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota Explicativa nº 10 - Impostos diferidos; na Nota Explicativas nº 12 - Imobilizado (depreciação); na Nota Explicativa nº 13 - Provisão para contingências; na Nota Explicativa nº 14 - Plano de pensão; e na Nota Explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

d. Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Apuração do resultado

As receitas são reconhecidas com base nos períodos em que as embarcações estão à disposição da Petrobras e nos volumes de petróleo, derivados e de gás em geral transportados, e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos. O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

b. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, arrendamentos a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados ao valor justo através do resultado.

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, classificado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são classificados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

c. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. Para a controlada localizada no exterior, os ativos e passivos foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço, o resultado foi convertido pelas taxas médias mensais e o patrimônio líquido, pela taxa histórica.

d. Ativos circulante e não circulante

• Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Estes valores são apresentados líquidos da respectiva provisão para devedores duvidosos, que é constituída para os valores de terceiros, vencidos há mais de 180 dias, para os quais não haja expectativa clara de recebimento.

• Estoques

Os estoques são apresentados ao custo médio de aquisição, que não excedem os valores de mercado e/ou de reposição.

• Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são apresentadas ao custo, e apropriadas ao resultado na medida em que são incorridas.

• Demais ativos circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização, com os respectivos rendimentos e variações monetárias e cambiais, quando aplicável.

• Investimento em controlada

A participação em controlada é avaliada pelo método da equivalência patrimonial, baseada no patrimônio líquido expresso em dólares norte-americanos, convertidos para reais com base nas taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2011. Os ganhos ou perdas cambiais, que nas demonstrações consolidadas não foram eliminados, são apresentados no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial.

• Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido. Os ativos incluem os encargos financeiros, incorridos durante o período de construção, despesas imputáveis a aquisição e perdas por não recuperação do ativo. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício social. Os gastos relevantes com manutenção dos ativos (ex. navios), incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios de campanha até a próxima manutenção relevante.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, no resultado, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

As Benfeitorias em Bens de Terceiros são reabilitações realizadas em bens de propriedade da Petrobras, mantidos pela Transpetro para uso na operação. Tais benfeitorias aumentam o uso do bem para campanha adicional e foram contabilizados da seguinte forma:

a. Benfeitorias cujas obras foram concluídas tiveram seus gastos contabilizados em "Benfeitoria em Bens de Terceiros";

b. Benfeitorias cujas obras ainda não foram concluídas tiveram seus gastos contabilizados em "Obras em Andamento".

• Arrendamento mercantil

A Companhia classifica seus contratos como leasing financeiro ou operacional com base na substância do contrato, independentemente de sua forma. Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.

a. Arrendamento financeiro

Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. A substância econômica dos bens é reconhecida no imobilizado, com contrapartida da correspondente obrigação registrada no passivo, e depreciada pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

b. Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos, linearmente, como despesas no demonstrativo de resultados pelo prazo de vigência do contrato de arrendamento.

• Intangível

Está avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e da perda para redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo esperado para geração de benefícios à Companhia.

A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os gastos com licença, direito de uso e desenvolvimento de softwares.

• Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que refita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

e. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

• Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

• Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Até dezembro de 2011, os custos do patrocínio do plano de pensão da Transpetro, na modalidade de Contribuição Definida, foram equivalentes à contribuição ordinária mensal dos participantes não gerando déficits (superávits) para o plano. A partir de dezembro de 2011 a Transpetro aderiu ao Plano Petros 2 (Nota Explicativa 14).

f. Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

A partir do exercício de 2010, as empresas obrigadas a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro pela sistemática do Lucro Real, passaram adotar o Regime Tributário de Transição - RTT. Com a adoção do RTT, são eliminados os efeitos contábeis das Leis nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009, nas apurações fiscais.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações da Transpetro e de sua controlada integral Fronape International Company - FIC, localizada nas Ilhas Cayman e de sua controlada indireta integral Fronape International Company BV - FIC BV, localizada em Roterdã na Holanda. As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas controladora e controlada.

O investimento na FIC e FIC BV está sendo mensurado de acordo com o método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo sua natureza, complementada por:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos	8.837	14.253	9.200	14.537
Aplicações financeiras	404.685	383.981	543.374	509.785
	413.522	398.234	552.574	524.322

O excedente de caixa da Controladora encontra-se aplicado no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras. Este fundo de investimento, administrado pelo Itaú Unibanco, é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não "performados" de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras, e visa à otimização da gestão financeira da caixa da Petrobras e suas subsidiárias. Em 2011 a rentabilidade anual deste fundo foi de 11,59% (9,74% em 2010) equivalente a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações financeiras efetuadas no exterior, em dólar norte-americano, através da FIC - Fronape International Company, são administradas pelo Bank of America e Banco do Brasil New York, e rentabilizaram, em média, 0,61% em 2011 (0,39% em 2010).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2011, os valores registrados em Títulos e Valores Mobiliários, representavam, em sua maioria, valores dados em garantia e bloqueios judiciais, tais como:

	Controladora e consolidado	
	2011	2010
Curto prazo		
Depósitos para incentivos fiscais - Reinvestimento (*)	8.194	4.526
Longo prazo		
Bloqueios judiciais - FIDC	38.644	36.930
Outros	40	47
	38.	

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

7. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Cientes				
Terceiros	9.099	8.690	9.099	8.690
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.124)	(2.943)	(3.124)	(2.943)
	5.975	5.747	5.975	5.747
Partes relacionadas	727.256	577.048	716.769	571.387
	733.231	582.795	722.744	577.134

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2011	2010
Controladora e consolidado		
Saldo em 1º de janeiro	(2.943)	(1.437)
Adições (*)	(186)	(2.943)
Baixas (**)	5	1.437
Saldo em 31 de dezembro	(3.124)	(2.943)

	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Fronape Internacio-nal Company	PNBV	Petrobras Distri-buidora S.A.-BR	Gasene	REFAP	TAG	TBG	Termomacacé energia	Demais empresas	2011	2010
Controladora												
Receitas operacionais por prestação de serviços	5.388.217	-	-	15.394	58.370	65.683	180.836	71	-	-	5.708.571	4.934.492
Custo dos serviços prestados - Afretamento/arrendamento	(512.641)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(512.641)	(478.421)
Custo dos serviços prestados - Lubrificantes e outros	-	-	-	(21.104)	-	-	-	-	-	-	(21.104)	(16.709)
Contas a receber, principalmente por prestação de serviços	623.765	10.088	-	1.643	40.162	2.061	48.257	280	-	-	727.356	577.048
Custo de pessoal cedido	(481.498)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(481.498)	(425.314)
Contas a pagar	(197.488)	-	-	(8.837)	-	-	-	-	(5.525)	(220)	(212.070)	(266.019)
Consolidado												
Receitas operacionais por prestação de serviços	5.388.217	279.480	-	15.394	58.370	65.683	180.836	71	-	-	5.988.051	5.175.846
Custo dos serviços prestados - Afretamento/arrendamento	(512.641)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(512.641)	(478.421)
Custo dos serviços prestados - Lubrificantes e outros	-	-	-	(21.104)	-	-	-	-	-	-	(21.104)	(16.709)
Contas a receber, principalmente por prestação de serviços	623.765	-	600	1.643	40.162	2.061	48.257	281	-	-	716.769	571.387
Custo de pessoal cedido	(481.498)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(481.498)	(425.314)
Contas a pagar	(197.488)	-	(11.486)	(8.837)	-	-	-	-	(5.525)	(221)	(223.557)	(282.897)

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora e consolidado	2011	2010
ICMS		634	634
Imposto de renda e contribuição social		16.663	16.090
COFINS		11.824	15.008
PIS		2.589	3.272
INSS		34.166	52.441
ISS		5.883	5.391
Outros		105	53
		71.864	92.889

Os valores de Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro, Pis e Cofins, são originários, principalmente, das retenções determinadas pela Lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003, que afetam todas as receitas oriundas da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras.

O valor de INSS refere-se à retenção sobre os serviços prestados com cessão de mão de obra, conforme disposto, atualmente, pela IN RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009.

Nos exercícios de 2011 e 2010, a Companhia compensou parte dos impostos a recuperar com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro a recolher, nos montantes de R\$ 114.848 e R\$ 53.332, respectivamente (R\$ 104.316 e R\$ 50.822 em 2010), apresentando seu Balanço Patrimonial Líquido dos efeitos supracitados.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre o Lucro são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. Os valores registrados em 2011 nos montantes de (R\$ 3.282) e (R\$ 664), para Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre o Lucro, respectivamente, R\$ 12.891 e R\$ 5.158 em 2010, foram constituídos com base nas diferenças temporárias e são decorrentes de provisões para: contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias), devedores duvidosos, despesas de pessoal (reajuste e abono salarial do quadro de marítimos), participação de empregados nos lucros - PLR e diferença entre a depreciação contábil com base no CPC 27 e a fiscal com base na IN SRF 162/98. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora	Consolidado	2011	2010	2011	2010
Ativo não circulante						
Provisão para contingências	16.822	16.806	16.822	16.806		
Provisão para devedores duvidosos	3.124	2.943	3.124	2.943		
Provisão para despesas de pessoal	22.321	-	22.321	-		
Provisão para PLR	89.730	98.000	89.730	98.000		
Provisão para perda com incentivos fiscais (*)	5.749	5.745	5.749	5.745		
Passivo não circulante						
Diferença depreciação - revisão de vida útil de navios	(130.267)	(66.106)	(130.267)	(66.106)		
Diferença depreciação - revisão de vida útil de braços de carregamento de Terminais	(14.858)	-	(14.858)	-		
(*) Dedutível somente para fins de CSLL - 9%						

12. IMOBILIZADO

Por tipo de ativos

	Vida útil estimada em anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	2011	2010	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	2011	2010
Edificações e benfeitorias	25	31.354	(11.013)	20.341	19.086	31.354	(11.013)	20.341	19.086	31.354	(11.013)	20.341
Equipamentos e outros bens	5 - 10	758.642	(297.632)	461.010	380.882	819.110	(326.577)	492.533	392.643	819.110	(326.577)	492.533
Benfeitorias em bens de terceiros	6 - 10	213.634	(52.017)	161.617	52.583	213.634	(52.017)	161.617	52.583	213.634	(52.017)	161.617
Navios	25	1.141.314	(614.579)	526.735	255.654	1.141.314	(614.579)	526.735	255.654	1.141.314	(614.579)	526.735
Terrenos	-	12.177	-	12.177	12.177	-	-	12.177	-	12.177	-	12.177
Projetos de expansão Promef	-	1.139.096	-	1.139.096	887.348	1.139.096	-	1.139.096	887.348	-	-	1.139.096
Reformas de tanques em andamento	-	696.385	-	696.385	572.220	696.385	-	696.385	572.220	-	-	696.385
Substituição de braços de carregamento	-	-	-	-	135.059	-	-	-	-	135.059	-	-
Outras obras em andamento	-	115.332	-	115.332	92.883	115.332	-	115.332	92.883	-	-	115.332
Arrendamento de navios-CPC 06	25	583.200	(277.594)	305.606	318.669	517.476	(241.823)	275.653	282.757	(241.823)	275.653	282.757
		4.691.134	(1.252.835)	3.438.299	2.726.561	4.685.878	(1.246.009)	3.439.869	2.702.410	(1.246.009)	3.439.869	2.702.410

Movimentação do custo

	Controladora	Consolidado	31/12/2010	Movimentação	31/12/2011
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações e benfeitorias	28.761	-	-	2.592	31.353
Equipamentos e outros bens	584.992	57.414	(42.410)	158.647	758.643
Benfeitorias em bens de terceiros	91.909	(13.335)	-	135.061	213.635
Navios	866.107	(16.501)	-	291.707	1.141.313
Terrenos	12.177	-	-	-	12.177
Projetos de expansão Promef	887.348	451.709	-	(199.961)	1.139.096
Reforma de tanques em andamento	572.220	282.812	-	(158.647)	696.385
Substituição de braços de carregamento em andamento	135.059	2	-	(135.061)	-
Outras obras em andamento	92.883	116.787	-	(94.338)	115.332
Arrendamento de navios - CPC 06	583.200	-	-	-	583.200
	3.854.656	908.724	(72.246)	-	4.691.134

	Controladora	Consolidado	31/12/2009	Movimentação	31/12/2010
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações e benfeitorias	28.761	-	-	-	28.761
Equipamentos e outros bens	331.260	101.924	(100.505)	252.314	584.993
Benfeitorias em bens de terceiros	104.901	163	-	(12.345)	91.909
Navios	866.107	-	-	-	866.107
Terrenos	12.177	-	-	-	12.177
Projetos de expansão Promef	441.237	446.111	-	(199.961)	1.139.096
Reforma de tanques em andamento	364.815	447.374	-	(239.969)	572.220
Substituição de braços de carregamento em andamento	123.006	12.053	-	-	135.059
Outras obras em andamento	27.777	65.106	-	-	92.883
Arrendamento de navios - CPC 06	583.200	-	-	-	583.200
	2.882.431	1.072.731	(100.505)	-	3.854.657

	Controladora	Consolidado	31/12/2009	Movimentação	31/12/2010
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações e benfeitorias	28.761	-	-	2.592	31.353
Equipamentos e outros bens	616.804	94.176	(50.516)	158.647	819.111
Benfeitorias em bens de terceiros	91.909	(13.335)	-	135.061	213.635
Navios	866.107	(16.501)	-	291.707	1.141.313
Terrenos	12.177	-	-	-	12.177
Projetos de expansão Promef	887.348	451.709	-	(199.961)	1.139.096
Reforma de tanques em andamento	572.220	282.812	-	(158.647)	696.385
Substituição de braços de carregamento em andamento	135.059	2	-	(135.061)	-
Outras obras em andamento	92.883	116.787	-	(94.338)	115.332
Arrendamento de navios - CPC 06	517.476	-	-	-	517.476
	3.820.744	945.486	(80.352)	-	4.685.878

	Controladora	Consolidado	31/12/2009	Movimentação	31/12/2010
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações e benfeitorias	28.761	-	-	-	28.761
Equipamentos e outros bens	356.358	108.638	(100.506)	252.314	616.804
Benfeitorias em bens de terceiros	104.091	163	-	(12.345)	91.909
Navios	866.107	-	-	-	866.107
Terrenos	12.177	-	-	-	12.177
Projetos de expansão Promef	441.237	446.111	-	(199.961)	1.139.096
Reforma de tanques em andamento	364.815	447.374	-	(239.969)	572.220
Substituição de braços de carregamento em andamento	123.006	12.053	-	-	135.059
Outras obras em andamento	27.777	65.106	-	-	92.883
Arrendamento de navios - CPC 06	517.476	-	-	-	517.476
	2.841.805	1.079.445	(100.506)	-	3.820.744

Depreciação

	Controladora	Consolidado	31/12/2010	Movimentação	31/12/2011
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações e benfeitorias	(9.675)	(1.338)	-	-	(11.013)
Equipamentos e outros bens	(204.110)	(146.815)	53.293	-	(297.632)
Benfeitorias em bens de terceiros	(39.326)	(12.691)	-	-	(52.017)
Navios	(610.453)	(15.882)	11.756	-	(614.579)
Arrendamento de navios - CPC 06	(264.531)	(13.063)	-	-	(277.594)
	(1.128.095)	(189.789)	65.049	-	(1.252.835)

(*) Em 2011 a Companhia contabilizou provisão para perdas de recebíveis em aberto há mais de 180 dias com a as empresas Construtora Empreendimentos, Rezende Moraes e Rodrigues e M.C. Longo Ferreira. (***) Em 2011 houve baixa da provisão no montante de R\$ 5, em virtude do recebimento da dívida do cliente Conserma Serviço e Manutenção e Transporte Ltda.

8. PARTES RELACIONADAS

O CPC 05 estabelece que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas.

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações entre a Companhia, sua Controladora (Petrobras) e demais empresas ligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações, conforme instrumentos contratuais celebrados entre as partes.

	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Fronape Internacio-nal Company	PNBV	Petrobras Distri-buidora S.A.-BR	Gasene	REFAP	TAG	TBG	Termomacacé energia	Demais empresas	2011	2010
Receitas operacionais por prestação de serviços	5.388.217	-	-	15.394	58.370	65.683	180.836	71	-	-	5.708.571	4.934.492
Custo dos serviços prestados - Afretamento/arrendamento	(512.641)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(512.641)	(478.421)
Custo dos serviços prestados - Lubrificantes e outros	-	-	-	(21.104)	-	-	-	-	-	-	(21.104)	(16.709)
Contas a receber, principalmente por prestação de serviços	623.765	10.088	-	1.643	40.162	2.061	48.257					

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Transpetro é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

a. Processos judiciais provisionados

	Controladora e consolidado			
	2011	Adições	Baixas	2010
Processos judiciais trabalhistas	10.369	4.535	(5.577)	11.410
Processos judiciais cíveis	3.660	757	(1.048)	3.951
Processos judiciais tributários	2.794	2.771	(1.421)	1.445
Total provisionado no passivo não circulante	16.823	8.063	(8.046)	16.806

b. Processos judiciais não provisionados

Com base no levantamento dos processos judiciais e procedimentos administrativos da área jurídica da Transpetro, demonstramos a seguir o valor total dos processos judiciais com perdas possíveis não provisionadas.

Ações	2011	2010
Cíveis	37.750	18.294
Trabalhistas	83.926	68.289
Tributárias	116.252	17.309
Total	237.928	103.892

Dentre os processos de perda possível que compõem o quadro acima, destacam-se:

- Ação Anulatória de Débito que encontra-se em trâmite perante a 6ª VF/SJRJ cujo valor original da causa é de R\$ 82.241. A Companhia pretende obter pronunciamento judicial que lhe garanta a compensação de créditos tributários legítimos, porém não aceitos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil por conta de suposto descumprimento de formalidade, qual seja, o não atendimento a intimações. Paralelamente ao ajuizamento da ação anulatória acima descrita, a União Federal ajuizou a Execução Fiscal que encontra-se em trâmite perante a 3.ª VF de Execução Fiscal/SJRJ, no valor atualizado de R\$ 106.811, por meio do qual pretende a cobrança dos valores que entende devidos e que são objeto de questionamento na ação anulatória acima descrita.
- Ação de Indenização pleiteada junto a Justiça Federal/SJPB no valor de R\$ 9.568 pelo qual a Companhia responde a um pedido de indenização por suposta invasão de propriedade na construção de gasodutos.
- Ação de Execução Fiscal junto ao Cartório da Dívida Ativa de Angra dos Reis/RJ, no valor de R\$ 18.403, cobrando multa ambiental por conta de um acidente com o navio Brotas operado pela Companhia. O entendimento da Administração é de que o valor pago de multa pelo mesmo fato à Capitania dos Portos exclui a cobrança pelo órgão ambiental, o que caracterizaria uma nova cobrança *bis in idem*. Tal entendimento já fora reconhecido em decisão judicial de primeira instância.

14. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

A partir de dezembro de 2011, para garantir aos empregados uma renda de aposentadoria complementar, a Companhia, em parceria com a Fundação Petros, implementou o Plano Petros 2 (PP-2), na modalidade de contribuição mista. Neste caso os riscos são divididos entre patrocinadora e empregado.

A Companhia utilizou-se de avaliação atuarial para identificação do passivo atuarial a ser registrado. Entretanto, como a adesão foi em dezembro de 2011 e o cálculo também está posicionado em dezembro, não há serviço passado a ser provisionado, sendo a obrigação atuarial em 31 de dezembro de 2011 nula.

As contribuições referentes a dezembro de 2011 a serem pagas em janeiro de 2012, referentes à massa de participantes ativos atingiu, para o Plano Petros 2, o montante de R\$ 4.451 mil.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Arrendamento mercantil financeiro

Em outubro de 2002, a controlada FIC concluiu a venda a terceiros dos navios aliviadores "Cartola" e "Ataulfo Alves" com um ganho equivalente a R\$ 65.724. Em novembro de 2002, esses mesmos navios foram afretados à Transpetro por meio de contratos de "Bareboat Charter Party", pelo prazo de 9 anos e 6 meses, e sub-afretados à Petrobras, no regime "Time Charter Party", por prazo equivalente.

Por força da Lei nº 11.638/07, complementada pelo CPC 06, estes navios passaram a ser apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2008, como arrendamento mercantil financeiro e, consequentemente, reconhecidos como ativo imobilizado e depreciados com base em sua vida útil econômica.

O registro contábil inicial na Controladora levou em consideração o custo de aquisição histórico no montante de R\$ 583.200, que incluiu o ganho equivalente a R\$ 65.724 auferido pela FIC em 2002. A Administração entendeu que a operação se caracterizou como um retroarrendamento e, como consequência, eliminou, para fins de consolidação, a parcela de R\$ 26.159 do ganho total da FIC a ser diferida até o final do arrendamento mercantil com base no disposto no CPC 06.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 6.972 (R\$ 6.945 em 2010) relativo a despesas financeiras, R\$ 17.928 (R\$ 28.755 em 2010) relativo à despesa de depreciação de R\$ 5.834 (R\$ 3.590 em 2010) referente à variação cambial decorrente do reconhecimento inicial do passivo relacionado contrato de leasing financeiro dos navios Cartola e Ataulfo Alves em função a Lei nº 11.638/07 e CPC 06.

Os pagamentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2011 destes contratos estão segregados da seguinte forma, tal como determina a Deliberação CVM nº 645/10 (CPC 06):

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	45.019	2.452	47.471

Arrendamento mercantil operacional (arrendatário)

A FIC, subsidiária integral da Transpetro, possui uma frota de treze navios em operação arrendados de terceiros em contratos de afretamento de navios a casco nu do tipo "Bareboat Charter Party". Esses contratos de arrendamento foram assinados entre 2002 e 2011 com valores de pagamentos diários que variam de US\$ 16 mil (equivalentes a R\$ 30,01 mil) a US\$ 35,5 mil (equivalentes a R\$ 66,59 mil) e possuem prazos de vigência entre 10 e 15 anos.

Por exigência da Transpetro junto aos arrendadores, de forma a garantir a continuidade das operações, foram incluídas cláusulas de opção de compra dos navios ao término de cada contrato. Estes valores foram estipulados com base em cotações de mercado à época e não caracterizavam preços de barganha nas datas de assinatura dos contratos. Adicionalmente, o programa de renovação da frota em sua segunda fase, prevê a construção de sete navios do tipo aliviadores de posicionamento dinâmico, assim como os navios da FIC em operação, porém com recursos e tecnologia mais avançados e apropriados às necessidades atuais da operação. Desta forma, a Transpetro possui a intenção de substituir os navios existentes ao término de cada contrato e de não exercer as opções de compra estabelecidas nos contratos destes sete navios.

Os pagamentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2011 destes contratos estão segregados da seguinte forma, tal como determina a Deliberação CVM nº 645/10 (CPC 06):

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	220.085	12.722	232.807
De dois a cinco anos	681.273	248.046	929.318
Acima de cinco anos	426.546	512.863	939.409

Arrendamento mercantil operacional (arrendador)

a. Navios arrendados à Petrobras

A Transpetro possui um contrato principal de afretamento marítimo do tipo "Time Charter Party" com a Petrobras, onde a frota principal de 41 navios é disponibilizada às operações de sua Controladora sob o comando técnico e operacional da Transpetro. Esses contratos são negociados anualmente e utilizados como base para definição do fluxo de recebimentos dos exercícios seguintes.

Os recebimentos futuros mínimos, com base nos contratos que estipulam os valores para o exercício de 2011, estão estimados da seguinte forma:

	Valor presente dos recebimentos mínimos	Juros	Recebimentos futuros mínimos
Até um ano	721.955	43.001	764.956

b. Navios arrendados à Petrobras Netherlands B.V. - PNBV

A atual frota da FIC, composta de treze navios, é disponibilizada às operações da PNBV em contratos de afretamento marítimo do tipo "Time Charter Party". Esses contratos foram assinados entre 2002 e 2011, com prazo de vigência entre 10 e 15 anos e valores de afretamento que são renegociados ao final de cada ano. Os valores diários vigentes em 2011 variam entre US\$ 28 mil (equivalentes a R\$ 52,5 mil) e US\$ 59,3 mil (equivalentes a R\$ 111,16 mil).

Os recebimentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2011 estão estimados da seguinte forma:

	Valor presente dos recebimentos mínimos	Juros	Recebimentos futuros mínimos
Até um ano	414.242	24.303	438.545
De dois a cinco anos	1.338.959	487.504	1.826.463
Acima de cinco anos	754.288	892.581	1.646.869

Os valores a serem recebidos podem variar de acordo com as flutuações do mercado de afretamento.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 está representado por 2.464.466.128 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas escriturais, com direito de voto (2.072.466.128 em 2010).

Em 29 de julho de 2011, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 392.000, passando o capital social da Companhia de R\$ 2.072.466 para R\$ 2.464.466 mediante a emissão de 392.000.000 ações ordinárias, em função da integralização do saldo remanescente de dividendos a pagar de 2010.

b. Reservas

b.1. Reservas de lucro

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

• Reserva de incentivos fiscais (Alteração Lei 11.638/07 - Deliberação CVM 555/08)

É constituída mediante destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, apropriada no resultado do exercício em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, incluído pela Lei 11.638/07, a partir de 01 de janeiro de 2008.

No exercício de 2011, foi destinado do resultado o valor de R\$ 9.681 mil referente aos incentivos para subvenções de investimentos no Norte e Nordeste, no âmbito da SUDENE e SUDAM, após aprovação destes órgãos, com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas e parcela realizada de ativos vinculados ao incentivo de Reinvestimento.

• Reserva de lucros a realizar

Reserva constituída em 1999, ou seja, anteriormente à vigência da Lei nº 10.303/01, com parcela do resultado de equivalência patrimonial em controlada, que será transferida para lucros acumulados e computada no cálculo do dividendo obrigatório quando do recebimento de dividendos da controlada.

• Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia de acordo com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está sendo efetuada uma retenção de lucros, no montante de R\$ 229.415 (R\$ 118.885 em 2010), que se destina aos investimentos previstos no orçamento de capital do exercício de 2012, a ser aprovado na Assembleia Geral de Acionistas.

b.2. Reservas de capital

• Reserva de incentivos fiscais

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte de seu imposto de renda dos anos de 1999 e 2000.

c. Remuneração aos acionistas

O Estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos relativos ao exercício de 2010, no valor de R\$ 392.000 (R\$ 0,19 por ação), correspondiam a 90,71% do lucro líquido ajustado daquele exercício.

O complemento de dividendos propostos em 2010, pago ao acionista no exercício de 2011, no valor de R\$ 46.126, será aprovado na reunião do Conselho de Administração de 31 de janeiro de 2012.

A proposta de dividendos relativa ao exercício de 2011, que estará sendo encaminhada pela Administração da Transpetro à aprovação do seu acionista na reunião do Conselho de Administração de 31 de janeiro de 2012 e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária, é de R\$ 358.920 (R\$ 0,15 por ação), que corresponde a 61% do lucro líquido ajustado do exercício.

Os dividendos do exercício de 2011 foram calculados conforme se segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	629.491	548.286
(-) Reserva legal	(31.475)	(27.414)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(9.681)	(9.987)
Base de cálculo	588.335	510.885
Dividendos propostos (61%)	358.920	392.000
Dividendos mínimos - Passivo circulante	147.084	127.721
Dividendo adicional proposto - Patrimônio líquido	211.836	264.279

17. RESULTADO POR AÇÃO

	R\$ mil	
	2011	2010
Lucro atribuível ao acionista controlador	629.491	548.286
Quantidade de ações	2.464.466	2.072.466
Resultado por ação ponderado pela quantidade de ações ordinárias em poder dos acionistas em cada período	0,28	0,31

18. SEGUROS

As operações da Companhia se encontram seguradas contra termos de danos materiais, e responsabilidade civil. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os valores em risco e os limites máximos de indenização são os seguintes, em milhares de dólares norte-americanos:

	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Danos materiais navios	2.157.000	2.157.000
Responsabilidade civil	-	4.500.000

O limite máximo de indenização confere à Companhia a necessária cobertura securitária considerando as características do bem segurado, a probabilidade de ocorrência de sinistros e seu valor de reposição.

19. PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS

A participação de empregados nos resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas, ou em acordos com os empregados, ou com as entidades sindicais. Diante disso, a Transpetro adotou um programa de participação nos lucros e resultados e, em 31 de dezembro de 2011, registrou uma provisão no valor de R\$ 89.730 (R\$ 98.000 em 2010), respeitando os limites estabelecidos pela Resolução nº 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Controle das Empresas Estaduais - CCE, conforme instruções emitidas pela Controladora (Ofício 1.939/2009-SE/MME e Ofício 703/DEST-MP).

Com relação à provisão do exercício de 2010, a Transpetro em função das negociações do acordo coletivo, a ser aprovado em 31 de março de 2012, complementou o valor da provisão em R\$ 11.531 e contabilizou tal complemento no resultado no exercício de 2011.

20. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS (CONTROLADORA)

Segue abaixo a composição de outras despesas operacionais:

	2011	2010
Repasse de despesas para Petrobras	1.129	72.961
Multas contratuais	2.498	-
Recuperação de despesas contratuais	2.831	-
Relações institucionais	(19.772)	-
Petros parte empresa	1.283	-
Abono concedido (Acordo coletivo de trabalho)	(37.518)	(20.904)
Complemento da PLR - exercício anterior	(1.597)	(1.606)
Provisão para contingências	(1.008)	11.176
Baixa de imobilizado	(4.826)	(19.929)
Receita de Incentivos, doações e subvenções governamentais	9.681	9.987
Outras	9.448	(10.122)
Total	(37.851)	41.563

21. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS (EM REAIS)

No exercício de 2011, a maior e a menor remuneração, em reais, atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes e dirigentes, relativos ao mês de dezembro, foram de R\$ 70.380,14 e R\$ 1.295,43, respectivamente (R\$ 60.206,96 e R\$ 1.295,43 em 2010). A remuneração média naquele mês foi de R\$ 6.592,60 (R\$ 6.084,38 em 2010).

Os salários, encargos, contribuição de seguridade social e participação nos lucros da empresa totalizaram em 2011 R\$ 1.289.417 (R\$ 1.098.449 em 2010).

22. PROMEF - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA FROTA

PROMEFI

A Transpetro assinou em 2007 e 2008 contratos de compra e venda condicionada de navio com três estaleiros nacionais para a construção de vinte e três navios petroleiros e, considerando os aditivos assinados, o valor total dos contratos é de R\$ 5.618.521.

PROMEFI II

Em 2009 foram assinados os contratos de compra e venda condicionada de navio com dois estaleiros nacionais para a construção de dez navios petroleiros, no valor total de R\$ 3.037.383.

Em 2010 foram assinados os contratos de compra e venda condicionada de navio com um estaleiro nacional para a construção de 8 navios gaseiros, o valor total dos contratos é de R\$ 917.715.

Cabe ressaltar, que os contratos assinados em abril de 2010 com a empresa Rio Nave 2010 SPE Construção Naval Ltda. foram cancelados em dezembro de 2010, em razão do descumprimento de cláusulas contratuais.

Durante o 1º trimestre de 2011 foram assinados os 4º Aditivo dos Navios Suezmax 01 (Estaleiro Atlântico Sul S.A.) e Produtos M-199, M-200, M-203 e M-204 (Estaleiro Mauá Petro-UM S.A.).

PROMEF HIDROVIA

Em 2010 foram assinados os contratos de compra e venda condicionada de comboio com um estaleiro nacional para a construção de 20 comboios, o valor total dos contratos é de R\$ 432.316.

A captação desses recursos (PROMEF I, II e HIDROVIA) foi feita junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Brasil S.A e Caixa Econômica Federal S.A com recursos do Fundo de Marinha Mercante - FMM.

Partes responsáveis pelos aportes financeiros

	Percentual de participação
Transpetro através de recursos próprios	10%
BNDES e Banco do Brasil S.A. - financiamento à Transpetro	36%
Estaleiro através de recursos próprios	8%
BNDES e Banco do Brasil S.A. - financiamento aos Estaleiros	46%

Partes responsáveis pelos aportes financeiros (Hidrovia)

	Percentual de participação
Transpetro através de recursos próprios	10%
Caixa Econômica Federal - financiamento à Transpetro	90%

Os percentuais supracitados correspondem aos percentuais globais e variam entre as partes a cada etapa do contrato.

As condições estabelecidas nos contratos são demonstradas como segue:

PROMEF I		Valor		
Quantidade	Tipo	R\$ (mil)	Taxa de juros	Prazo
10	Suezmax	Estaleiro Atlântico Sul S.A. 2.848.074	TJLP +	20 anos e
5	Aframax	Estaleiro Atlântico Sul S.A. 1.266.902	2,5%	carência de 48
4	Tanque/Produto	Estaleiro Mauá-Petro UM S.A. 647.139	a.a.	meses a contar
4	Panamax	EISA-Estaleiro Ilha S.A. 856.406		do 1º saque
		5.618.521		

PROMEF II		Valor		
Quantidade	Tipo	R\$ (mil)	Taxa de juros	Prazo
4	Suezmax	Estaleiro Atlântico Sul S.A. 1.785.654	TJLP + 2,5%	20 anos e carência
3	Aframax	Estaleiro Atlântico Sul S.A. 1.141.147	a.a. p/nac. e de	48 meses a con-
8	Gaseiros	Estaleiro Promar S.A. 917.715	3% a.a. p/imp	tar do 1º saque
		3.844.516		

PROMEF II		Valor		
Quantidade	Tipo	R\$ (mil)	Taxa de juros	Prazo
3	Bunker	Superpesa Industrial Ltda. 110.582	TJLP + 2% a.a	20 anos e carência
			p/nac. e de 48 meses a con-	
			3% a.a p/imp	tar do 1º saque
		110.582		

PROMEF HIDROVIA		Valor		
Quantidade	Tipo	R\$ (mil)	Taxa de juros	Prazo
20	Comboios	Estaleiro Rio Tietê 432.316	TJLP + 2% a.a	20 anos e carência
			p/nac. e de 48 meses a con-	
			3% a.a p/imp	tar do 1º saque
		43		

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

Transações com partes relacionadas

Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

Contas a receber de clientes

Estes saldos estão classificados como recebíveis e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

Empréstimos e financiamentos

Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

Fornecedores

Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

Gerenciamento de risco

Visão geral

Nesta nota é realizado um breve esclarecimento sobre a estrutura do gerenciamento de risco da Transpetro e posteriormente são apresentadas informações sobre a exposição da Companhia aos seguintes riscos: crédito, liquidez e mercado.

Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Transpetro utiliza a Política e Diretrizes de Controles Internos da Petrobras, que tem por objetivo estabelecer os princípios que norteiam as Empresas do Sistema na gestão dos seus controles internos, de forma a exercê-la com excelência e contribuindo com a redução de custos e a mitigação de riscos empresariais relevantes, de natureza estratégica (governança e modelo de negócio), financeira (crédito, mercado e liquidez), operacional (processo, pessoal, informação, tecnologia e meio ambiente) ou de conformidade ("compliance"), garantindo a integridade dos dados utilizados na tomada de decisões de negócios, assegurando a confiabilidade dos relatórios financeiros, em atendimento aos requisitos legais e regulamentos aplicáveis, em conformidade com as melhores práticas de mercado e com a legislação vigente.

Mantendo compromisso com a manutenção de elevados níveis de governança corporativa a Transpetro preocupa-se com a transparência, a credibilidade, a sinergia e a integração de seu sistema de controles internos para o atendimento de requisitos estratégicos, financeiros, regulatórios e legais, inclusive aqueles exigidos pela Lei Sarbanes-Oxley (SOX) ao Sistema Petrobras, visando, entre outros aspectos, garantir o adequado registro de ativos e obrigações, a salvaguarda de ativos e a segregação das operações. Para auxiliar este processo implementou, em 2010, ferramenta específica que efetua análise de risco no processo de criação e concessão de perfis de acesso, o GRC-AC (Governance, Risk and Compliance - Access Control).

O processo de Certificação Consolidada de Controles Internos da Petrobras, em atendimento a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), no que tange aos controles internos da TRANSPETRO, não fazem parte do escopo de exame das demonstrações financeiras da Companhia e, conseqüentemente, não foram auditados pelos nossos auditores independentes.

Risco de crédito

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, cerca de 99% das operações são efetuadas com a Controladora ou com empresas do Sistema Petrobras. A Administração não espera haver exposição ao risco de créditos decorrentes dessas operações.

Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Considerando um possível aumento das taxas de juros do mercado, as despesas financeiras da Companhia aumentariam e, conseqüentemente, seria observado o impacto negativo nos resultados operacionais e na posição financeira da Companhia. A dívida a taxas de juros flutuantes em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Risco de liquidez

A Administração entende não haver exposição significativa ao risco de liquidez uma vez que a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades indica que os recursos existentes são suficientes para cumprir suas obrigações financeiras de curto e longo prazo junto a terceiros, na data de seus vencimentos.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2011:

31 de dezembro de 2011	Controladora					Mais que 5 anos
	Valor contábil	1-6 meses	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	
Passivos financeiros						
Partes relacionadas	212.070	212.070	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	799.234	-	6.388	77.791	329.388	1.227.172
Fornecedores	334.997	334.997	-	-	-	-
Arrendamentos a pagar	45.019	45.019	-	-	-	-

(*) Incluso estimativa de TJLP + 2,5% a. a.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Sérgio Gabrielli de Azevedo - Presidente

Olavo Noleto Alves - Conselheiro

Paulo Roberto Costa - Conselheiro

Eduardo Autran de Almeida Junior - Conselheiro

Maria das Graças Silva Foster - Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

José Sergio de Oliveira Machado - Presidente

Agenor Cesar Junqueira Leite - Diretor

Marcelo Rosa Rennó Gomes - Diretor

Claudio Ribeiro Teixeira Campos - Diretor

Rubens Teixeira da Silva - Diretor

Paulo Cesar Marques - Contador CRC-RJ-27061-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e ao Acionista da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

31 de dezembro de 2011	Consolidado					Mais que 5 anos
	Valor contábil	1-6 meses	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	
Passivos financeiros						
Partes relacionadas	223.557	223.557	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	799.234	-	6.388	77.791	329.388	1.227.172
Fornecedores	344.789	344.789	-	-	-	-
Arrendamentos a pagar	45.019	45.019	26.659	13.330	-	-

(*) Incluso estimativa de TJLP + 2,5% a. a.

Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo com o BNDES e o Banco do Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2011, não difere significativamente de seu valor contábil. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 23, estes empréstimos são considerados como empréstimos a valor de mercado, visto tratar-se de uma linha de crédito pública (embora específica ao segmento) e sem similaridade nacional no que se refere a disponibilidade de recursos. As taxas vigentes para contratação em 31 de dezembro de 2011 são as mesmas taxas contratadas pela Companhia para os empréstimos já existentes naquela data, de TJLP + 2,5% a.a. (3% a.a. para produtos importados).

Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo do financiamento junto ao BNDES e Banco do Brasil S.A., atualizado pela TJLP que se manteve em aproximadamente 6% a.a. em 2011. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2011, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, o que geraria um impacto negativo de aproximadamente R\$ 11.989 e R\$ 23.977 (R\$ 8.417 e R\$ 16.384 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente, considerando um possível aumento desta taxa.

Valor justo hierárquico

Os diferentes níveis são definidos como:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A hierarquia dos valores justos dos ativos financeiros registrados como títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante, correspondente aos saldos mantidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras são classificados como de nível 2 por possuírem dados provenientes de mercado ativo (preço negociado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não ocorreram no nível 3, bem como transferência entre níveis de classificação.

24. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento dos pronunciamentos contábeis aplicáveis as companhias abertas, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 26 de janeiro de 2012, foi detectado pela Companhia um vazamento de óleo na monobóia do Terminal de Osório, estado do Rio Grande do Sul. Equipes da empresa foram imediatamente acionadas para trabalhar na contenção e remoção dos resíduos que foram prontamente retirados da área afetada. A Companhia criou uma comissão interna para investigar as causas do acidente e até o momento não há condições de se mensurar os efeitos financeiros decorrentes do evento. Os órgãos ambientais, ANP (Agência Nacional do Petróleo) e a Capitania dos Portos, foram devidamente comunicados e estão analisando os fatos, não tendo até o momento se manifestado formalmente.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Conforme divulgado nas notas explicativas nºs 1 e 8, as operações da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6-F-RJ

Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL – 01/2012

O Conselho Fiscal da Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração de 2011, as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e o Orçamento de Capital para 2012, no valor de R\$1.630.375 mil.

O Conselho Fiscal examinou, também, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2011, no valor de R\$ 629.491 mil, conforme a seguir: 1. Reserva Legal - R\$ 31.474 mil; 2. Reserva de Incentivos Fiscais - R\$ 9.681 mil; 3. Reserva de Retenção de Lucros - R\$ 229.415 mil; 4. Dividendos - R\$358.920 mil.

Com relação à proposta formulada pelo Conselho de Administração da Companhia (Ata da reunião de 31/01/2012, Item 1.4 Pauta nº 003) para aprovação de Aumento de Capital da TRANSPETRO, no valor de R\$358.920 mil, mediante integralização de dividendos a pagar à sua acionista única, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, do exercício de 2011, o Conselho Fiscal opina que a proposta encontra-se em condições de ser apreciada pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, a ser realizada em 16 de março de 2012.

Em relação às Demonstrações Contábeis do exercício de 2010, aprovada pela Assembleia de Acionistas em 18 de março de 2011, o Conselho Fiscal não vê óbice a que a Assembleia Geral Ordinária de 16 de março de 2012 delibere sobre a ratificação do valor complementar dos dividendos destinados ao acionista relativo ao exercício social de 2010, no montante de R\$46.126 mil, aumentando-o de R\$392.000 mil para R\$438.126 mil.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes, datado de 31 de janeiro de 2012, sem ressalvas, bem como nos trabalhos desempenhados pelo Conselho Fiscal e nas informações e esclarecimentos recebidos da administração no decorrer do exercício, o Colegiado opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, a ser realizada em 16 de março de 2012.

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2012.

Siddharta Pereira Pinto - Presidente

Paulo José Alves - Conselheiro

Lísicio Fábio de Brasil Camargo - Conselheiro